

“Identidade nacional brasileira” *versus* “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias

MARIANA PANTA*

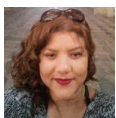
NIKOLAS PALLISSER**

Resumo: O objetivo deste artigo é promover uma revisão teórica acerca da construção da “identidade nacional brasileira” na transição do século XIX para o século XX - que teve como base a ideologia do branqueamento - e o seu impacto sobre as construções identitárias da população negra. Busca-se discutir também, na perspectiva dos movimentos negros contemporâneos, as motivações para a construção de uma “identidade negra” e seus principais desafios. A análise foi empreendida à luz da bibliografia significativa sobre o tema, destacando-se as contribuições teóricas de Stuart Hall, acerca da “identidade cultural”, e Kabengele Munanga, sobre “identidade negra”. Evidencia-se que a mestiçagem, tal como constituída no pensamento social brasileiro, serviu como etapa transitória para se alcançar o objetivo maior: o embranquecimento da população do país. Em sua dimensão biológica e cultural, constata-se a busca infundável pela consolidação de uma sociedade “unirracial” e “unicultural” alinhada ao modelo hegemônico branco. Dentre as diversas influências que a ideologia do branqueamento exerce na atualidade, destaca-se a divisão de “negros retintos” e mestiços e a alienação do processo identitário de ambos, cerceando a construção de uma identidade política mobilizadora em defesa da cidadania plena da população negra, permanente desafio para os movimentos negros.

Palavras-chave: Identidade Nacional; Identidade Negra; Processos Identitários.

Abstract: The aim of this article is to promote a theoretical review on the construction of the "Brazilian national identity" in the transition from the nineteenth century to the twentieth century - based on the bleaching ideology - and its impact on the identity constructions of the black population. It is also intended to discuss, from the perspective of the contemporary black movements, the motivations for the construction of a "black identity" and its main challenges. The analysis was undertaken in the light of the bibliography on the subject, emphasizing Stuart Hall's contributions on "cultural identity" and Kabengele Munanga on "black identity". It is evident that *mestiçagem* served as a transitional stage to achieve the greater goal: the whitening of the country's population. In its biological and cultural dimension, one can see the endless search for the consolidation of a "unirracial" and "unicultural" society aligned with the white hegemonic model. Among the various influences that the bleaching ideology currently pursues, we highlight the division of "black retintos" and *mestizos* and the alienation of the identity process of both, restricting the construction of a mobilizing political identity in defense of the full citizenship of the black population, permanent challenge for black movements.

Key words: National Identity; Black Identity; Identity Processes.



* **MARIANA PANTA** é doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília); pesquisadora do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO/UEL); Bolsista CAPES.

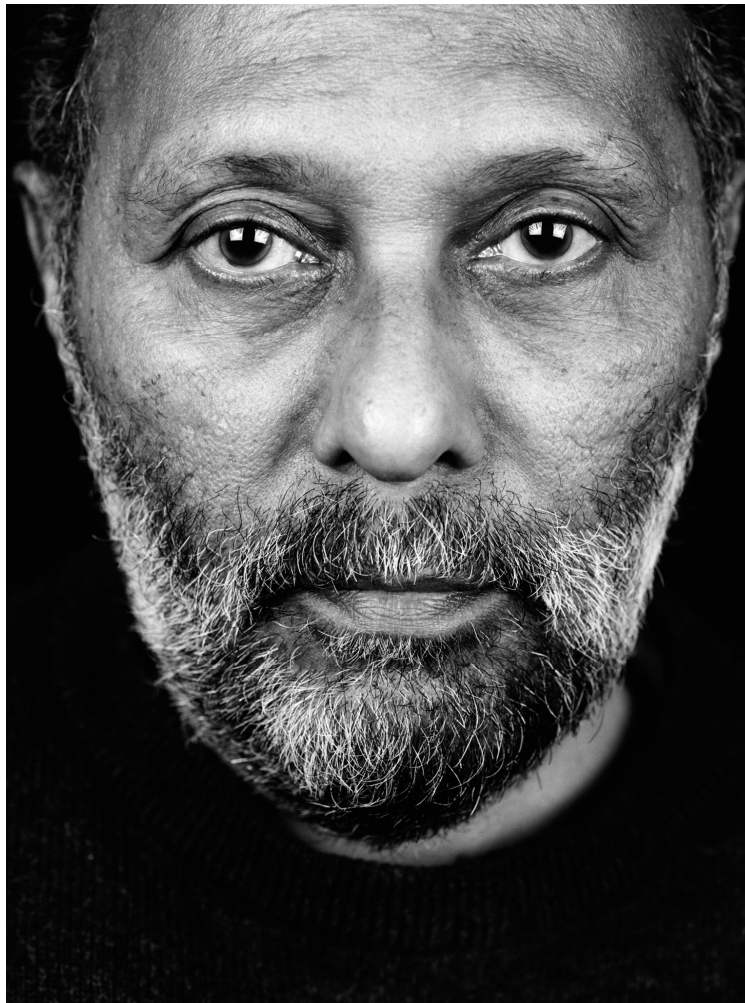


** **NIKOLAS PALLISSER** é mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); pesquisador do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO/UEL); Bolsista CNPq.

Introdução

Ser negro é [...] tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.

Neuza Santos Souza -Tornar-se Negro



Stuart Hall. Imagem extraída do site Independent. Disponível em:
<http://www.independent.co.uk/news/obituaries/professor-stuart-hall-sociologist-and-pioneer-in-the-field-of-cultural-studies-whose-work-explored-9120126.html>.

Stuart Hall, em seu livro *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, chama atenção para o fato de que, com o advento da modernidade, as culturas

nacionais aparecem como um dos principais alicerces da constituição da identidade cultural. Como escreve o teórico pós-colonial, “as identidades

nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*” (HALL, 2006, p. 48-49, grifo do autor). Mais especificamente, a nação é algo que produz sentidos - *um sistema de representação cultural*. Partindo desta premissa, uma nação seria então uma comunidade simbólica, imaginada, forjada em nível representacional.

Ao se construírem histórias sobre as nações evidencia-se a busca infundável por constituir identidades culturais unificadas para representá-las. Hall desconstrói essa ideia de cultura nacional unificada argumentando, de modo muito coerente, que uma “identidade nacional”¹ não pode ser única e exclusiva em decorrência das diferenças existentes numa mesma nação: raça, etnia e gênero. As nações são constituídas de diversas culturas que só são unificadas através de processos de conquista violenta e eliminação forçada da diferença cultural. “Cada conquista subjugou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas, tradições, e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada” (HALL, 2006, p. 60). Isso pressupõe que a “identidade nacional” seja uma estrutura de poder. O caso do Brasil, evidentemente, não escapou a essa realidade ao tentar constituir uma

“identidade nacional” a partir de referências étnico-raciais.

O discurso sobre a “identidade nacional brasileira”, produzido por importante parcela da elite política e intelectual do país, de modo mais intenso na primeira metade do século XX, profundamente influenciada pelas teorias raciais europeias e norte-americanas, começa a se estabelecer quando o Brasil deixa de ser colônia para se constituir numa nação. A supressão do sistema escravocrata, em 1888, coloca aos pensadores do país uma questão fundamental: a construção de uma nação e de uma “identidade nacional”. Esta construção apresentava-se como um desafio frente à nova categoria de “cidadãos” que surgia: os ex-escravizados negros².

Nesse contexto, o negro foi considerado o principal símbolo de atraso e degradação do Brasil, isto é, uma ameaça à configuração da nova sociedade que emergia sucessora da escravocrata. A solução para esse impasse se encontraria numa proposta eugenista que visava não só o branqueamento nacional – na sua forma biológica, através da miscigenação – mas também o estabelecimento de uma cultura unificada, através da hegemonia cultural em conformidade com os padrões civilizatórios provenientes da Europa. Tentou-se absorver membros de grupos étnico-raciais distintos no segmento étnico-racial socialmente dominante, buscando-se a homogeneidade por intermédio da miscigenação e da assimilação cultural. Em suma, buscou-se unificar diferentes identidades presentes na “identidade nacional”, em construção,

¹ Utiliza-se “identidade nacional” entre aspas, para enfatizar que essa identidade não significa um dado em si da realidade, mas sim se refere a uma construção social. Se a nação é uma comunidade simbólica, imaginada, forjada em nível representacional, como analisa Hall (2006, p. 48-49), pode-se inferir que, no caso específico do Brasil, a construção dessa “identidade nacional” foi elaborada por uma elite política e intelectual brasileira, inserida num contexto específico que, profundamente influenciada pelas teorias raciais europeias e norte-americanas, buscava forjar uma aparente hegemonia da raça branca sobre todas as outras.

² Para os estudiosos e para o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a categoria “negros” representa a somatória de pretos e pardos.

obedecendo-se ao ideário do branqueamento. O que se almejou foi o embranquecimento físico e cultural do povo brasileiro e, simultaneamente, a extinção do contingente populacional negro³.

Embora este projeto de nação tenha sido abandonado em meados do século XX, a ideologia que o influenciou foi internalizada pela população brasileira, acarretando acentuadas repercussões na atualidade, sobretudo no que diz respeito ao desejo de muitos mestiços de ingressar na identidade branca, tida, historicamente, como superior. Essa problemática atuaria então negativamente sobre a construção de uma identidade política mobilizadora em defesa da cidadania plena da população negra, bem como na sua marginalização, ou mesmo exclusão, das esferas mais importantes da vida social.

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é promover uma revisão teórica acerca da construção da “identidade nacional brasileira”, tendo como base a ideologia do branqueamento – materializada pela mestiçagem – que se manteve como discurso hegemônico desde o final do século XIX até meados do século XX e o seu impacto sobre as construções identitárias da população negra. Considerando-se a sua acentuada influência na atualidade, busca-se discutir também, na perspectiva dos movimentos negros contemporâneos, as motivações para a construção de uma “identidade negra” e seus principais desafios.

Neste estudo, utiliza-se a noção de “identidade negra”, entre aspas, por se reconhecer que esta não é uma

identidade fixa, mas sim um processo. Na perspectiva de Hall, poder-se-ia dizer que se trata de uma identificação ou de um processo identitário. Para o autor, as identidades culturais na pós-modernidade são fragmentadas em função do processo de globalização que deslocou as estruturas e processos centrais das sociedades modernas. Assim, os quadros de referência, ou as paisagens culturais, que antes sustentavam o indivíduo no mundo social, são deslocadas, fazendo com que as identidades sejam movidas por mudanças. Nesse sentido, é praticamente impossível afirmar que alguém possui uma identidade fixa, visto que todos passam, no decorrer da vida, por uma identificação passível de mudança e transformação. Para Hall, toda identidade é móvel e, justamente por isso, ele sugere a utilização da expressão identificação para o entendimento das representações que constroem e modificam as culturas, os sujeitos e os espaços (HALL, 2006, p. 39).

Na perspectiva deste trabalho, a “identidade negra” pode ser compreendida como uma forma de estabelecer um sentido de pertencimento ao grupo social negro através de sua história e cultura, com o objetivo primordial de mobilizar esta identidade para fins políticos. De acordo com Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da

³ Cf. NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.” (MUNANGA, 1994, p. 177-178).

Um ponto crucial na obra de Munanga, no que diz respeito à importância da construção da “identidade negra”, é o fato dos negros pertencerem a um grupo social prejudicado devido às perversas consequências do racismo. Nesse sentido, no que se refere à identidade atribuída pelo “outro”, a população negra é marcada por estigmas que impactam todas as esferas de sua vida social: trabalho, educação, habitação, representatividade, entre outras. A ideia que o indivíduo faz de si mesmo, porém, revela-se como um processo igualmente complexo, interior e exterior, no qual a identidade é construída progressivamente, tendo como fio condutor as especificidades sociais, históricas e culturais de determinado grupo social.

Nessa perspectiva, este estudo se propõe a trazer à tona estudiosos representativos das temáticas abordadas, visando discuti-las e melhor compreendê-las. Para pensar a questão da “identidade cultural”, de modo geral, focaliza-se a obra “Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, de Stuart Hall, devido à notoriedade do autor no campo dos Estudos Culturais contemporâneos. Trata-se de uma vertente teórica que contribui amplamente para a discussão sobre “identidade nacional”, globalização, transformações sofridas pelas sociedades e pelos sujeitos. Para pensar a questão da “identidade negra”, em particular, o cerne da discussão debruça-se, principalmente, sobre a obra “Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra”, do antropólogo Kabengele Munanga, importante referência no

âmbito dos estudos sobre relações raciais no Brasil e que discute as especificidades do contexto brasileiro no que diz respeito às identidades negras.

Construindo a “identidade nacional” à luz da ideologia do branqueamento

A condição social do negro no Brasil integra a trajetória do racismo mundial, que no decorrer da história se transformou, assumiu diferentes configurações, se mostrou multifacetado e multidimensional⁴. O século XIX foi marcado pela propagação de teorias racistas que foram utilizadas para legitimar a escravidão, o genocídio e diversas formas de dominação que perpassaram toda a história da humanidade. A Ciência, de modo geral, teve um papel fundamental na hierarquização das Raças.

Desde o final do século XIX até meados do século XX, a elite política e intelectual brasileira esteve profundamente preocupada com a formação do povo brasileiro. Nesse período produziram-se discursos paradoxais sobre a miscigenação, ora designando-a como vilã contrária ao progresso nacional e sinônimo de degeneração de um povo; ora aclamando-a como a solução para tornar a população brasileira mais clara, aproximando-a ao máximo da raça ariana, considerada superior. Mais tarde, o discurso sobre a miscigenação assume nova formatação, passando esta a ser vista como principal mecanismo de um processo que resultaria na

⁴ Cf. WIEVIORKA, Michel. *O Racismo: Uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007. Neste livro, o autor analisa as transformações do racismo ao longo dos anos, desde as expressões clássicas, que se apoiou na ciência, até as formas contemporâneas, mais associadas à ideia da diferença e da incompatibilidade das culturas.

democracia racial - um mito - motivo de orgulho nacional num cenário mundial repleto de conflitos inter-raciais⁵.

Com diferentes enfoques e pontos de vista, a busca de uma identidade étnico-racial para o Brasil tornou-se preocupação de vários intelectuais, desde a Primeira República, entre os mais destacados: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista de Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, entre outros. Todos, de uma forma ou de outra, estavam interessados na questão da definição do brasileiro como povo e do Brasil como nação (MUNANGA, 2008, p. 48)⁶.

Muitos deles, com raras exceções, estavam profundamente influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início do século XX,

acreditando assim, na inferioridade das raças não-brancas, principalmente da negra, e na degenerescência do mestiço. “O negro era o componente da raça inferior. Na tríade da mestiçagem, o português, apesar de demonstrar que já era mestiço, não deixa de ser a raça superior, aristocrática” (MUNANGA, 2008, p. 56).

Dentre os intelectuais que disseminavam ideias pessimistas em relação ao futuro da nação alicerçado na mestiçagem, destacam-se Nina Rodrigues - que considerava negros e índios “espécies incapazes”⁷ - e Euclides da Cunha - que considerava o mestiço quase sempre um desequilibrado, decaído, sem a energia física dos ancestrais selvagens (negros) e sem a atitude intelectual da raça “superior” (branca)⁸. Ambos consideravam o mestiço um degenerado, física e culturalmente.

Enquanto alguns intelectuais analisavam a mestiçagem com pessimismo em relação ao futuro da nação, outros enxergavam nela a possibilidade de diluir as três raças (branca, negra e índia) e suas respectivas culturas, o que acarretaria a homogeneização do povo brasileiro. Silvio Romero, por exemplo, acreditava na predominância biológica e cultural branca e na extinção dos não-brancos. Para ele, a mestiçagem seria uma etapa transitória que levaria a uma nação brasileira imaginariamente branca⁹. Oliveira Viana (1922, p. 281), que retrata o mestiço negativamente em diversas ocasiões, também salientava que este (o mestiço) representaria um

⁵ O discurso de Gilberto Freyre tornou-se referência e ideal de relação inter-racial, já que inspirava a ideia de democracia racial num contexto mundial de guerra no qual o racismo foi um componente intrínseco fundamental das batalhas ideológicas, militares e civis. Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000. Embora a expressão “democracia racial” não tenha sido criada por Gilberto Freyre, seu livro estabeleceu as bases para consolidação da ideia de um padrão supostamente harmônico das interações raciais no país. A hipótese de democracia racial passa a criticada e refutada com alguns estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto UNESCO, sobre as relações raciais no Brasil e, com mais veemência, por Florestan Fernandes em estudos subsequentes. Para Fernandes, a democracia racial brasileira não passa de um mito. Cf. FERNANDES, Florestan. *Significado do Protesto Negro*. São Paulo, Cortez, 1989.

⁶ Kabengele Munanga revisita e discute as principais ideias disseminadas pelos intelectuais mencionados, no capítulo intitulado: *A mestiçagem no pensamento brasileiro* (p. 47-78). Cf. MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

⁷ Cf. RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

⁸ Cf. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1938.

⁹ Cf. ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1975.

estágio no caminho da “arianização¹⁰”. Nota-se que o darwinismo social influenciava amplamente suas reflexões.

Um dos recursos utilizados para o embranquecimento da nação brasileira foi à miscigenação seletiva, estimulada através das políticas de povoamento e imigração europeia – subsidiadas pelo Estado brasileiro – partindo-se da concepção de que o sangue branco purificava, diluía e aniquilava o sangue negro, considerado infectado e geneticamente inferior. O processo de branqueamento nacional apoiou-se no estupro da mulher negra pelo homem branco, dando origem aos produtos de sangue misto. O tipo miscigenado, atualmente definido como pardo ou “mulato”, estabeleceu o primeiro degrau na escada da branquificação do povo brasileiro (NASCIMENTO, 1978, p. 69).

Em convergência com a ideologia do branqueamento, através da orientação da política imigratória como instrumento básico para embranquecer o país, Arthur Gobineau, escritor francês que permaneceu no Brasil durante quinze meses em missão oficial, declarou que o Brasil necessitava “fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos das raças europeias”. Ele esperava que dentro de dois séculos a raça negra não mais existisse (NASCIMENTO, 1978, p. 70). Gobineau descreveu a situação racial que observou no país da seguinte forma: “Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito

e assustadoramente feia” (RAEDERS, 1988, p. 96).

João Batista de Lacerda, médico e cientista brasileiro, delegado latino-americano no Primeiro Congresso Universal das Raças, em Londres, 1911, declarou que em 2012 a raça negra desapareceria por completo no Brasil: “Em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais um século os mestiços tenham desaparecido do Brasil. Isto coincidirá com a extinção paralela da raça negra em nosso meio” (NASCIMENTO, 1978, p. 72).

No âmbito político, cabe ressaltar que Getúlio Vargas assinou, em 18 de setembro de 1945, quase no fim do seu governo ditatorial, o Decreto-Lei nº 7967, que regulava a entrada de imigrantes no Brasil de acordo com “a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia” (NASCIMENTO, 1978, p. 71).

Contrariando o discurso científico predominante naquele contexto, no qual se disseminava a ideia de inferioridade racial dos povos mestiços, situa-se Manoel Bonfim, intelectual, pensador e intérprete do processo de formação do povo brasileiro. Sua relevância incide sobre a sua originalidade, no distanciamento do pensamento corrente entre os interlocutores da época, ao defender, desde o início do século XX, que a nação brasileira, multirracial, não era inferior, como muitos estudiosos afirmavam, mas sim foi inferiorizada. Segundo Bonfim, o resultado prático das teorias das raças inferiores foi ofuscar todas as noções de justiça a ponto de inúmeros intelectuais consagrados proclamarem com convicção o emprego da força bruta e da opressão como suprema sabedoria. A

¹⁰ O conceito de arianização, empregado por Oliveira Viana refere-se ao aumento numérico, no Brasil, da população branca “pura”, proveniente da corrente migratória europeia e do melhoramento da população brasileira pelo processo de mestiçagem, que faria com que, a cada geração o sangue negro e indígena fosse diminuído.

partir desses princípios das teorias oficiais da Europa e dos Estados Unidos que povos indígenas e negros foram declarados inferiores:

(...) vão os “superiores” aos países onde existem esses “povos inferiores”, organizam-lhes a vida conforme as suas tradições – deles superiores; instituem-se em classes dirigentes e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las; e se estes o não quiserem, então que os matem e eliminem de qualquer forma, a fim de ficar a terra para os superiores (...). Tal é em síntese, a teoria das raças inferiores (BONFIM, 1996, p. 270).

Como analisa Munanga (2008), juntamente com Manuel Bonfim, Alberto Torres constitui o pensamento divergente das doutrinas de seu tempo.

Com o enfraquecimento da Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o eugenismo estava destinado ao “esquecimento”, por ser associado à ideia de intolerância e violência, já que a eugenia nazista propagou a ideologia de pureza racial culminando no holocausto (DIWAN, 2007, p. 121). Além disso, o silenciamento da história da eugenia no Brasil deve-se ao constrangimento nacional pelo fato de ilustres intelectuais e cientistas brasileiros proclamarem com convicção esses ideais, como suprema sabedoria. Contudo, esse esquecimento não significa que suas ideias tenham desaparecido, ao contrário, essas teorias apresentam acentuadas repercussões na atualidade.

Efeitos da ideologia do branqueamento na atualidade e impacto sobre as identidades negras

Após a descrição do processo histórico acerca da formação da identidade nacional e toda problemática que envolve o processo identitário da população negra do contexto precedente ao atual, a questão que fica é: Como o sujeito negro é colocado em relação as suas identidades culturais na atualidade? Em vista de todas as mudanças ocorridas – hibridismo cultural, globalização, entre outras – considerando-se tempo e espaço, poder-se-ia pensar que a ideologia do branqueamento, que foi abandonada como projeto de nação em meados do século XX, ainda faz parte do cotidiano da sociedade brasileira, influenciando as construções identitárias?

Para Alberto Guerreiro Ramos, que buscou analisar o negro focalizando a questão pelo ângulo psicológico¹¹, na década de 1950, a “superioridade” da cultura ocidental mediante as culturas não-europeias acarreta nessas últimas, manifestações patológicas. “O desejo de ser branco afeta, fortemente os nativos governados por europeus. Entre negros, R. R. Moton registrou o emprego do termo <<branco>> como designativo de excelência e o hábito de dizer-se um homem bom que tem um coração <<branco>>” (RAMOS, 1957, p. 152). Este seria então um dos efeitos da

¹¹ Para Guerreiro Ramos, o problema do negro é essencialmente psicológico e secundariamente econômico. Diz o autor: “a condição dos negros no Brasil só é sociologicamente problemática em decorrência da alienação estética do próprio negro e da hipercorreção estética do branco brasileiro, ávido de identificação com o europeu”. Nessa lógica de pensamento, o autor descortina então o “problema do negro”, tal como é tratado até então pela sociologia brasileira e, de outro lado, um “problema do negro”, tal como é efetivamente vivido (RAMOS, 1957, p. 157).

ideologia do branqueamento. Guerreiro Ramos descreve esse processo como desvio existencial, observável nos Estados Unidos, no Brasil e em qualquer parte do mundo em que as populações estivessem sendo europeizadas. Nesse processo, o negro tende a negar-se como negro, bem como demonstra fortes indícios de desejo de ter outra cor de pele.

A análise de Guerreiro Ramos reflete amplamente a obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, escrita pelo intelectual Frantz Fanon, nos anos 40, do século XX, e publicada em 1952, que compartilha a ideia de que a cultura europeia (opressora e inferiorizante) impôs ao negro um desvio existencial (FANON, 2008). Em seu livro, Fanon denuncia um sério problema observado na maioria dos estudiosos que examinam questões relacionadas aos negros, afirmando que, ao invés de estudarem os problemas enfrentados pelos negros, as próprias pessoas negras passam a ser vistas como o problema. Foi justamente essa uma das importantes críticas de Guerreiro Ramos à sociologia brasileira.

Embora Guerreiro Ramos e Frantz Fanon sejam muito coerentes em seus escritos e sirvam como referencial para análise da realidade social do negro, é preciso considerar que essas produções situam-se na década de 1950. No que se refere ao engendramento da ideologia do branqueamento, seus escritos permaneceriam atuais? Ao que tudo indica, sim. No Brasil, percebe-se que os efeitos causados pela ideologia do branqueamento persistem na atualidade, sobretudo ao depararem-se com indivíduos visivelmente negros que se identificam como brancos ou recorrem a

qualquer outra definição próxima da ideologia dominante¹².

Como analisa Stuart Hall, “na história moderna, as culturas nacionais têm dominado a ‘modernidade’ e as identidades nacionais tendem a se sobrepor a outras fontes, mais particularistas, de identificação cultural” (HALL, 2006, p. 67). Contudo, o próprio autor ressalta que a identidade cultural nacional tem sido deslocada, desde o final do século XX, sobretudo em decorrência da globalização. Ao contrário do sujeito do Iluminismo, visto como possuidor de uma identidade fixa e estável, o sujeito pós-moderno caracteriza-se por sua identidade aberta, contraditória, fragmentada, inacabada (HALL, 2006, p. 46). Ainda assim, no contexto brasileiro, evidencia-se que as bases fundadoras da identidade nacional continuam a influenciar a identidade cultural de significativa parcela da

¹² Aqui cabe lembrar que a classificação racial no Brasil é de marca (fenótipo) e não de origem (genótipo), como nos Estados Unidos. Sendo assim, o mestiço que fenotipicamente apresenta características brancas poderá ser considerado branco. De acordo com Bastide (in: BASTIDE e FERNANDES, 1959, p. 188), a cor age como estigma social e como símbolo de status social inferior. Dessa forma, quanto mais o negro se aproxima do branco pelos traços do rosto, nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, maiores as suas possibilidades de ser aceito, no caso específico do Brasil. O autor utiliza como exemplo os Estados Unidos, onde existe uma definição sociológica do negro, pois o indivíduo que tiver “uma gota” de sangue negro é negro. Já no Brasil esta definição não existe. Compreende-se nessas condições que, de maneira geral, o mestiço é mais aceito do que o negro retinto e há indícios de que os obstáculos diminuem à medida que a cor da pele clareia. Em suma, quanto mais evidentes forem os traços que caracterizem o indivíduo como negro, sobretudo a cor da pele, maiores serão as barreiras para sua aceitação e ascensão na sociedade brasileira. Cf: NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.

população. Sugere-se assim, que a ideologia do branqueamento continua a fazer parte do imaginário social, impactando significativamente o processo de construção identitária da população negra.

Desafios para construção de uma “identidade negra” no Brasil

Munanga (2008, p. 84-85) mostra que, diferentemente dos Estados Unidos, onde não existe pessoa intermediária no esquema biológico (ou é preto, ou é branco), a maioria da população brasileira vive numa “zona vaga flutuante” na qual se constata fortemente o desejo de se passar por branco, o que enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indistigíveis.

No que se referem aos movimentos negros contemporâneos, estes buscam construir uma “identidade negra” a partir das particularidades desse grupo social. “Essa identidade passa pela sua cor, ou seja, pela recuperação de sua negritude física e cultural” (MUNANGA, 2008, p. 14). No entanto, apesar do longo processo de mobilização do povo negro no Brasil, os movimentos negros ainda não conseguiram mobilizar todas as suas bases populares e introjetar-lhes o sentimento de uma identidade coletiva¹³. Para Munanga, sem a

constituição dessa identidade coletiva negra, não haverá no Brasil uma verdadeira consciência de luta. Nessa perspectiva, o ponto crucial das dificuldades encontradas pelos movimentos negros para a construção de uma “identidade negra” - fundamental para a mobilização coletiva desse grupo social - não está no seu discurso, nem em sua organização. Como escreve Munanga, a maior dificuldade está:

[...] nos fundamentos da ideologia racial elaborada a partir do fim do século XIX e meados do século XX pela elite brasileira. Essa ideologia, caracterizada, entre outros pelo ideário do branqueamento, roubou dos movimentos negros o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos (MUNANGA, 2008, p. 15).

Deste modo, o autor reabre a discussão sobre os fundamentos dessa ideologia, em seu conteúdo simbólico e político, dentro do contexto atual, que não reivindica uma cultura unificada ou uma identidade homogênea, mas sim defende as identidades diversificadas. Este é um ponto fundamental. Os movimentos negros contemporâneos lutam para a construção de uma sociedade plural e de identidades plurais.

O ideário do branqueamento mina, ainda hoje, a construção identitária

¹³ Nesse contexto, a identidade coletiva refere-se ao resultado do processo de *identificação* com determinado grupo social/racial. A noção de identidade coletiva, no âmbito da discussão sobre “identidade negra” está relacionada ao processo de construção identitária a partir das relações sociais, nas quais os indivíduos se unem com base em elementos comuns que podem resultar num sentido de pertença a determinado grupo. Como analisa Gomes: “A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais.

Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares, tradições populares e referências civilizatórias que marcam a condição humana” (GOMES, 2005, p. 41). A identidade individual, porém, pode ser contraditória, visto que um indivíduo pode ter múltiplas identidades (social, étnico-racial, de gênero, etc.) que, consequentemente, podem lhe impor perspectivas distintas.

baseada na *negritude*¹⁴, visto que muitos mestiços tendem a assumir uma identidade branca, isto é, há uma imensa dificuldade em mobilizar pretos e mestiços em torno de uma única “identidade negra”. É preciso considerar, porém, que nos últimos anos têm sido forte a tendência em se contestar a identidade nacional por tanto tempo estabelecida, reivindicando-se o reconhecimento de identidades plurais, da alteridade e da diversidade cultural. Nesse movimento, as hierarquias culturais são postas em questão.

¹⁴ Na década de 1950, muitos intelectuais, poetas, romancistas, etnólogos, filósofos, historiadores, artistas, entre outros pensadores negros, passaram a discutir amplamente sobre a questão da construção da “identidade negra”. Buscava-se a valorização da cultura africana, afirmando-se o valor dessas culturas e rejeitando a assimilação cultural, que tanto havia sufocado a sua personalidade. Esse processo implicou na restituição da África no imaginário social, estratégia esta que incluiu a re-identificação com as culturas de origem, reverenciando-as com orgulho. Dentre os nomes mais representativos nesse processo, cabe ressaltar: Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor e Cheikh Anta Diop. De uma forma ou de outra, todos eles trabalharam acerca do conceito de *negritude*, resultado do contexto colonial. O conceito agrupa uma série de definições em áreas de conhecimento distintas e que mudam conforme a dinâmica do mundo negro no tempo e espaço. De modo geral, a *negritude* traz a ideia de recusa ao embranquecimento cultural e de retorno as suas raízes. Seus objetivos fundamentais, conforme Munanga (1986: 44), era a afirmação e a reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros. E foi por meio da problemática da *negritude* que Munanga, ao longo de diversos trabalhos, buscou compreender as dificuldades que os negros encontravam e ainda encontram para canalizar sua identidade cultural. “Aceitando-se, o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. Ele se reivindica com paixão, a mesma paixão que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiura como qualquer ser humano “normal” (MUNANGA, 1986, p. 32).

Considerações finais

Ao se discutirem e analisarem os principais fundamentos da construção da identidade nacional brasileira, estruturada sobre o ideário do branqueamento, por intermédio da mestiçagem, conclui-se que esta ideologia, amplamente difundida entre o final do século XIX até meados do século XX, permanece intensamente viva na atualidade, acarretando profundas desvantagens à população negra, sobretudo no que diz respeito a seu processo de construção de uma identidade política coletiva.

No que se refere à importância de construir uma “identidade negra”, os movimentos negros contemporâneos, nascidos a partir da década de 1970, entre várias outras demandas, lutam pela reconstrução de sua identidade racial e cultural, que sirvam como base para suas mobilizações políticas. Influenciados pelos movimentos negros norte-americanos, levantam uma bandeira de luta de um antirracismo diferencialista, baseado no respeito às diferenças. Esse processo identitário poderia contribuir amplamente para desencadear o processo de mobilização política do povo negro. Mas, para isso, é preciso desconstruir o ideário do branqueamento que marcou profundamente o imaginário coletivo e continua a permear as relações sociais.

Compreende-se a chamada “identidade negra” no Brasil, como um processo identitário peculiar, no qual o sujeito torna-se negro. Sua história perpassa pelo sequestro de seu povo, pela captura, pela violência, por uma identificação deturpada de sua autoimagem, distinguindo-se veementemente da história dos migrantes europeus, que, por um motivo ou por outro (conjuntura econômica, histórica, etc.) decidiram sair de seus

países de origem e migrar para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Embora esses povos, muito provavelmente, tenham sofrido em decorrência de diversas rupturas, a cor de sua pele jamais foi objeto de representações negativas. Em contrapartida, historicamente, ao negro foi atribuída uma identidade negativa, introjetada e assimilada pelas próprias vítimas do racismo. Conclui-se assim, que tornar-se negro é um árduo processo identitário. Trata-se de uma identidade de resistência que está sempre em construção. Afirmar-se negro é também um posicionamento político.

Referências

- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1959.
- BONFIM, Manoel. **O Brasil Nação**: Realidade da soberania brasileira. 2ª edição, 1996.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1938.
- DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações Raciais no Brasil: Uma Breve Discussão. In: **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.
- RAEDERS, Georges. **O conde Gobineau no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro. Andes, 1957.
- RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.
- ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. São Paulo, Cultrix, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo, Cortez, 1989.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. RJ: Graal, 1983.
- VIANA, Francisco José de Oliveira. O Tipo brasileiro e seus elementos formadores. In: **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnológico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- WIEVIORKA, Michel. **O Racismo**: Uma introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Recebido em 2016-12-27
Publicado em 2017-08-04